



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13854.000644/2008-64  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2102-002.130 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 20 de junho de 2012  
**Matéria** Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF  
**Recorrente** JOÃO DE DEUS FONTES  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2004, 2005

TAXA SELIC. APLICABILIDADE DA SÚMULA CARF N.O 4. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO

A procedência da aplicação da taxa SELIC é questão sumulada neste colegiado, sendo objeto da Súmula n.o 4, destarte, incabível qualquer questionamento.

**EFEITO CONFISCATÓRIO DA MULTA. LEGALIDADE DA APLICAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO**

A multa de ofício foi aplicada com o percentual de 75%, que está amparada no art. 44 da lei n.o 9.430/96, portanto, não merecendo o trabalho fiscal qualquer reparo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.

*Assinado digitalmente*

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

Presidente

*Assinado digitalmente*

ATILIO PITARELLI

Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Atilio Pitarelli, Carlos André Rodrigues Pereira Lima, Giovanni Christian Nunes Campos, Nubia Matos Moura, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Rubens Maurício Carvalho.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário face decisão da 10<sup>a</sup> Turma da DRJ/SP2, de 26 de maio de 2010 (fls. 32/42), que por unanimidade de votos deu provimento parcial à impugnação apresentada tempestivamente pelo Recorrente, mantendo assim a exigência fiscal sobre o valor omitido decorrente de rendimentos do próprio declarante, com os acréscimos legais, uma vez que sobre os rendimentos da filha declarada como dependente, a decisão proferida os excluiu da exigência fiscal, pois esta contava 27 anos, e foi indevidamente declarada nesta condição.

Com efeito, foi mantida a exigência somente sobre o valor recebido pelo Recorrente do INSS, omitido na DIRPF, no valor de R\$ 15.948,47, com retenção na fonte de R\$ 487,81, conforme demonstrativo de fl. 19, que compõe o Auto de Infração lavrado em 30/07/2007, que foi até mesmo reconhecida pelo autuado, que atribuiu a omissão a atraso da autarquia, no envio do informe de rendimentos.

Em grau de Recurso Voluntário a este colegiado (fl. 47), são reiterados os termos da impugnação, evidenciando ser peça com o mesmo teor, inclusive, do que já foi reconhecido pela decisão recorrida, quanto à exclusão dos rendimentos atribuídos à filha, declarada indevidamente como dependente, aplicação dos juros com a taxa SELIC e efeito confiscatório da multa.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Atilio Pitarelli, Relator.

O recurso é tempestivo, em conformidade do prazo estabelecido pelo artigo 33 do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, foi interposto por parte legítima e está devidamente fundamentado.

Conforme destacado no Relatório, a exigência fiscal se baseia na omissão de três receitas na DIRPF do Recorrente, sendo uma própria, proveniente do INSS, e duas outras,

de sua filha, indevidamente declarada como sua dependente, que obteve receitas do Bradesco Previdência e Bombas Leão S/A.

As receitas obtidas pela filha foram excluídas da cobrança pela decisão proferida em primeira instância, que reconheceu a indevida inclusão como dependente do autuado, razão pela qual, as suas receitas não poderiam compor a DIRPF do Recorrente.

No tocante à receita do INSS, cuja omissão foi reconhecida pelo então impugnante, deixou de ser controversa, não podendo agora, com a simples alegação de que não recebeu da autarquia o Informe de Rendimentos, querer rediscutir a questão, que chegou a ser motivadamente refutada na decisão proferida.

Restaria apenas apreciar as questões relativas à aplicação da taxa SELIC e do percentual da multa aplicada, alegada como efeito confiscatório pelo Recorrente.

Sobre a taxa SELIC, já há Súmula do CARF, de n.º 4, que está assim redigida: *“A partir de 1.º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais.”*

No tocante à aplicação do percentual da multa, de 75% sobre o valor do imposto devido, o trabalho fiscal não merece qualquer reparo, pois a mesma decorre da aplicação do art. 44 da lei nº 9.430/96, e o lançamento deu-se de ofício, portanto, inaplicável o percentual de 20%, previsto no par. 2º do art. 61 desta mesma lei, como requer o Recorrente.

Por todo o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário do contribuinte.

*Assinado digitalmente*

ATILIO PITARELLI

Relator

CÓPIA